



DOI: <http://dx.doi.org/10.22484/2177-5788.2016v42n2p299-316>

Claros e escuros: violências na sociedade midiaticizada brasileira

Laan Mendes de Barros
Solon Barbosa Veloso Neto

Resumo: A problemática da violência no Brasil no contexto da sociedade midiaticizada brasileira, com ênfase na questão racial. Seus desdobramentos no universo dos meios de comunicação que podem ser entendidas como violência midiática. Os processos de urbanização, de midiaticização da sociedade e de aumento da violência direta que envolve minorias políticas da população estão entrelaçados. Esse quadro está relacionado à construção da identidade nacional. Violência, identidade e alteridade são aqui estudadas a partir do campo da Comunicação. O texto não apresenta soluções, mas levanta problemas entre mídia e violência, que são vitais para indivíduos e grupos sociais.

Palavras-chave: Violência midiática. Questão racial. Urbanização. Identidade.

White and black: violence in Brazilian mediatized society

Abstract: The problematic of violence in Brazil in the context of its mediatized society, with emphasis on racism. Its developments in the universe of media that can be understood as mediatic violence. Urbanization, mediatization of society, and increased direct violence are linked. This picture is related with the construction of national identity. Violence, identity and alterity are studied here from the field of Communication. The article does not introduce any solutions, but raises some problems between media and violence, that are vital for individuals and social groups.

Keywords: Mediatic violence. Racismo. Urbanization. Identity.



Este artigo discute algumas das formas de violência na sociedade contemporânea a partir de estudos do campo da Comunicação, no contexto da sociedade midiaticizada. Dá especial atenção a questões relacionadas ao racismo estrutural, tão presente, embora muitas vezes negado, na sociedade brasileira, onde uma população formada por “claros e escuros” – para usarmos o termo proposto por Muniz Sodré, já evocado no título deste trabalho – convive com problemas revelados, trazidos à tona, e outros que permanecem numa espécie de penumbra, fora do debate político.

Algumas teorias e conceitos são aqui trazidos como base de nosso estudo sobre a violência. Racismo e violência midiática, midiaticização da sociedade e educação para a comunicação, dentre outros temas merecem nossa atenção e modulam nossa reflexão. Em especial, recorreremos às ideias de Muniz Sodré, presentes nas obras *A Comunicação do Grotesco*, *Claros e Escuros*, *Estratégias Sensíveis*, *Monopólio da Fala e Sociedade*, *Mídia e Violência*.

A partir de um panorama social, com dados sobre a violência, e de articulações com o universo da Justiça e da Economia, recorreremos à uma breve retrospectiva histórica, pontuamos alguns dados estatísticos e discutimos as relações entre mídia e sociedade. Relações estas que são cada vez mais imbricadas na sociedade midiaticizada contemporânea. A violência midiática aqui discutida se insere nos debates entre identidade e alteridade, pois é no âmbito das representações simbólicas que se pode compreender melhor a construção de identidades que não se afirmam na estigmatização do outro, mas no reconhecimento de que cada indivíduo é constituído de muitos outros que ele traz consigo, em sua história, e outros tantos que virão depois dele e que darão sequência a seus passos.



Urbanização, comunicação de massa e violência

O Mapa da Violência de 2016 (WASELFISSZ, 2016) desenha o Brasil como um país com níveis de violência direta muito próximos ou superiores a números de zonas de guerra. Os quase 60 mil assassinatos ocorridos anualmente no país delineiam uma situação grave e cujos efeitos se entrelaçam entre causas e consequências ao se apontar o histórico de profunda desigualdade social vivido no país. As violências direta, indireta e cultural, compõem uma trama complexa de manifestações em cujo bojo a comunicação tem ressonância e papel importante a ser traçado. O que chamaremos aqui de violência midiática, dá conta da omissão dos meios de comunicação em tratar de problemas fundamentais para a compreensão da violência no país. Em alguns aspectos os meios de comunicação não só se omitem, como estimulam a violência, como veremos mais adiante.

Alguns estudiosos atribuem à urbanização um papel crucial no aumento da violência. Para eles, não é coincidência que a violência direta, ou anômica, tenha crescido nas décadas de explosão demográfica urbana no Brasil. Uma espécie de jogo de causa e efeito que posta ao lado da deterioração das condições de vida cria uma relação entre violência estrutural, indireta, e violência direta. Há quem conteste essa relação, como é o caso do sociólogo Edmundo Campos Coelho. Apesar de considerar a explosão demográfica, Coelho nos mostra que houve casos de crise econômica no Rio de Janeiro em que a violência não disparou. Ele atribui os problemas de violência mais a uma ineficiência da Justiça. Com a devida relativização, podemos apontar que a violência na América Latina deve ser analisada em se considerando as suas particularidades.

O ponto de inserção da violência na experiência do Terceiro Mundo latino-americano é racionalmente inteligível, quando olhamos para o “estado de violência” como traço estrutural do modo de organização social implantado nos países terceiro-mundistas. Isso não implica sustentar a tese de que a violência ou a agressividade individual se expliquem como mera reação defensiva em face de circunstâncias hostis ou de um Estado indiferente, mas se trata de apontar para circunstâncias particulares (no caso, brasileiras) em que eclode esse lado da energia pulsional do sujeito (indivíduo ou grupo) designado como “violência” (SODRÉ, 2006a, p. 17).

As mortes analisadas pelo mapa da violência, por exemplo, mostram que alguns grupos são mais atingidos que outros. E a diferença mais marcante deste quadro se processa nas



diferenças raciais dos brasileiros. A Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, da Câmara dos Deputados sobre a “violência contra jovens negros e pobres” (CÂMARA, 2015) concluiu em 2016 que o país vive uma situação de genocídio institucionalizado nesse segmento da população. Algo que Abdias Nascimento já apontava desde os anos 1980 e que o movimento negro vem denunciando através de seus canais. O assim chamado racismo estrutural, faz parte de um processo de violência do Estado, ou social. Uma particularidade das relações sociais brasileiras, que desde sua fundação, têm definido limites dentro do território do país.

Essa evidência sozinha não explica o fenômeno da violência no país. Ainda sob a mesma ótica de que a urbanização brasileira acelerou a violência direta, podemos cruzar os dados da aceleração da urbanização com a aceleração do acesso à mídia. A urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do último terço do século XX. Para Santos (1993), as cidades passaram não só a abrigar a maior parte dos brasileiros, como também a maior parte dos brasileiros pobres. Nesse mesmo período, houve uma explosão em duas direções intrinsecamente ligadas. Ampliou-se a infraestrutura nacional no âmbito das telecomunicações e, de forma simultânea, dispararam as aquisições de aparelhos de televisão nos lares brasileiros.

O processo de urbanização tem no trânsito de informações um aspecto fundamental. Segundo Santos (1993), nesse período o perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos. A relação entre comunicação e urbanização também é posta em evidência por Hohlfeldt, Martino e Franca (2015) no artigo “As origens antigas: A comunicação e as civilizações”.



A comunicação de massa pressupõe a urbanização massiva, fenômeno que ocorre em especial ao longo do século XIX, graças à segunda Revolução Industrial, dificultando ou mesmo impedindo que as pessoas possam se comunicar diretamente entre si ou atingir a todo e qualquer tipo de informação de maneira pessoal, passando a depender de *intermediários* para tal. Esses intermediários tanto implicam pessoas que desenvolvam ações de buscar a informação, trata-la e veiculá-la – os jornalistas – quanto de *tecnologias* através das quais se distribuem essas informações. Todo esse conjunto constitui um complexo que recebe a denominação genérica de *meios de comunicação de massa* ou *media* (HOHLFELDT; MARTINO, FRANÇA, 2015. p. 62).

Em *O Monopólio da Fala*, Muniz Sodré aponta que a infraestrutura nacional de telecomunicação foi modelada para uma modernização da sociedade brasileira através de uma centralização cultural que pretendia correr ao lado da economia e da política durante a ditadura militar. É a partir de 1967 que essa infraestrutura se apresenta como sistema, passando a contribuir para um ideário urbano crescente no país. Para o autor, a função desse sistema é a criação de uma hegemonia ideológica, ou seja, a disseminação de hábitos e costumes. Sodré também pontua que os fluxos migratórios necessários para a urbanização se dão em um processo de certa forma planejado, como consequência dos esforços do Estado, precisamente a partir dos anos 30, mas com auge na segunda metade do século XX, para a industrialização do país. O movimento das massas em direção aos centros urbanos e a consequente criação de necessidades de comunicação para estes grupos são um direcionamento da necessária força de trabalho das fábricas, que intensifica processos de marginalização e de periferias seguindo um modelo urbano de espraiamento. Uma das fontes da violência, como já apontado, pode ser a deterioração social.

O que hoje chamamos de sociedade midiaticizada tem nesse período urbanizante o seu berço, incluindo as desigualdades sociais. O processo de midiaticização da sociedade é esquadrihado e definido por Braga (2006) e outros pesquisadores da Unisinos, do Rio Grande do Sul. Para além da dimensão instrumental da mídia ou da valorização das tecnologias da informação e comunicação, a ideia de midiaticização coloca a mídia como sistema estruturante da cultura urbana contemporânea, como elemento constitutivo da própria sociedade, então midiaticizada. Os valores difundidos na e pela mídia se entranham e se espalham no tecido social.

As dinâmicas da mídia, marcadas por interconexões e mobilidades, estabelecem novas escalas de tempo e espaço, modulam e modelam as relações sociais. A percepção de si mesmo, do outro e da comunidade da qual se faz parte passa hoje pela mídia. E isso vale tanto para os



processos de alienação e acomodação políticas, como para as iniciativas de mobilização e militância em movimentos cada vez menos institucionalizados.

Sodré indica que a marginalização e a difusão da miséria nas cidades foram condições do modelo de industrialização adotado, usadas como força de pressão sobre a oferta de trabalho ou força de trabalho potencial para a indústria. E é possível estabelecer uma relação estreita entre esse processo de urbanização gerador de desigualdades e a comunicação de massa. Segundo Sodré (1981), a partir do momento em que 25% da população vive em aglomerados urbanos, a comunicação de massa passa a ser predominante sobre o sistema oral. Segundo o IBGE, esse momento de urbanização aconteceu já na primeira metade do século XX, registrado no Censo de 1940. O Censo de 1970 foi o primeiro a apresentar uma população de maioria urbana no Brasil, com 55,92% da população vivendo em cidades.

Paralelamente ao crescimento urbano e à proliferação dos meios de comunicação de massas, os dados mostram que o número de assassinatos cresceu de forma exponencial entre 1980 e 2014. Segundo dados apresentados pelo Mapa da Violência de 2016, em 1980 o número de mortes causadas por armas de fogo foi de 8.710, saltando 415,1% até 2014, quando registraram-se 44.861 mortes do mesmo tipo. O processo de urbanização, que inclui a implementação de um sistema de comunicação de massa no Brasil, convergiu com o aumento significativo da violência direta, ou anômica, no território nacional. Apresentando poucos momentos de queda, o ritmo de aumento dos homicídios entre 1980 e 2003 seguiu a uma média de crescimento galopante de 8,1%, baixando para 2,2% de crescimento ao ano até 2014, em média.

Ainda com Sodré (2006a) observamos que a mídia acaba contribuindo para um processo de naturalização da violência, que acaba se tornando algo ordinário no cotidiano das pessoas. Com isso, perde-se a sensibilidade, aprende-se a conviver com algo que deveria ser questionado e superado socialmente.

Por outro lado, em face da banalização operada pelas simulações contemporâneas da realidade histórica, a exemplo da mídia, a violência vai perdendo o seu caráter de excepcionalidade, isto que sempre solicitou o seu controle e a sua ritualização pela sociedade antiga. Seu conceito torna-se impreciso, já não se distinguem tão claramente os seus contornos e desaparecem os meios de se aquilatar o fenômeno. Quando não se sente, nem se sabe mais exatamente o que é violência, fica em seu lugar o ódio, - tão visível na indiferença predatória das elites quanto na crueldade física dos atos de agressão anômicos (SODRÉ, 2006a, p. 106-107).



Quando a violência se torna algo banal e corriqueiro, a postura das pessoas se torna como que anestesiada em relação aos problemas históricos, políticos e conjunturais que causam tais injustiças. E quando a mídia se omite nesse processo, ela se torna cúmplice dessa violência.

Tipos de violência

Seguindo as propostas dos pensadores contratualistas, como Rousseau e Hobbes, o uso da força é uma exclusividade do Estado. Mesmo que se discuta a legitimidade dessa exclusividade, é do Estado o monopólio do uso da força. Isso se desdobra de um "contrato social" a partir do qual o indivíduo abre mão de parte do seu poder e da sua liberdade, principalmente do uso da força, para que haja paz na sociedade. É do Estado, e apenas dele, o direito de utilizar a força, majoritariamente na sua forma de violência, sobre quaisquer males que possam atingir qualquer indivíduo, ou mesmo a estabilidade social. Essa concepção, a ideologia espreada dentro de suas próprias esferas jurídicas e ideológicas, é nascida na Europa, e ocorre justamente como base fundadora do Estado Moderno. É através da expropriação econômica sobre os camponeses, através da invasão das Américas e sua decorrente conquista, e da escravização dos africanos que se torna possível o acúmulo de capital, que consolidará o que é até hoje o modelo capitalista. É assim que o monopólio do uso da força sedimenta a violência do Estado Moderno.

Galtung (2003) propôs três tipos de manifestações de violência: direta, indireta e cultural. Juntas, elas criam as condições para a manutenção da desigualdade social. A eliminação delas é uma tarefa de difícil realização, mas a atenuação de seu caráter direcionado pode ser alcançada, principalmente quando se trata da violência cultural. É esse direcionamento a causa da continuação anestesiante de um processo de separação profundo entre pobres e ricos.

Que no caso do Brasil tem um componente racial, refletido na predominante diferença social entre negros e brancos. Esse é um processo seletivo e estrutural, que aponta direções para a exploração do trabalho, e só é possível através da comunicação, com a manutenção de sua violência indireta e cultural. Essa categoria de violência pode ser considerada, como define Sodré, como uma função consequente da necessidade de hegemonia ideológica criada pela estrutura social. Sob esse aspecto, percebe-se que é a violência cultural a mais importante dentre



as elencadas por Galtung (2003). Segundo o mesmo autor, a estrutura de violência em três faces se comporta de forma em que a as violências indiretas e diretas e seriam consequência da violência cultural.

Muniz Sodré categoriza as violências em dois grandes grupos, direta e indireta. Além disso, identifica alguns subgrupos: como violência modalizada, usada pelos meios de comunicação; violência sociocultural e sociopolítica, atribuídas aos aparelhos repressivos do Estado; e a violência social, decorrente de diferentes fatores econômicos, educacionais e psicológicos, etc. Galtung (2003) também elenca alguns subtipos de violência a partir da violência direta e da violência estrutural (indireta). Ele relaciona essas violências a necessidades, no caso, a de sobrevivência, a de bem-estar, as necessidades identitárias, e a necessidade de liberdade. Para a violência direta, ele aponta a morte, a mutilação, o assédio, a miséria, a dessocialização, a ressocialização, a cidadania de segunda classe, a repressão, a detenção e a expulsão. Em relação à violência estrutural o autor lista a exploração, a marginalização, a penetração, a segmentação e a fragmentação.

Claros e Escuros

Este artigo traz à tona as relações raciais no Brasil e o comportamento seletivo da mídia em relação a elas, como forma de caracterizar a violência cultural decorrente desse processo, ao qual chamaremos de violência midiática. São diversos os debates estruturais omitidos pela mídia, o que denota um comportamento condizente com a descrição feita acima acerca da tentativa de instituição de uma visão hegemônica sobre a sociedade. No caso brasileiro, o debate racial pode ser utilizado como um exemplo agudo desse comportamento, devido à intensa violência midiática à qual as pessoas são submetidas quando o assunto se trata de racismo. Há uma tentativa de omissão em relação a esse debate, sempre balizado pelo mito da democracia racial. O argumento aqui é o de que uma situação tão gritante quanto a anunciada pelos números da violência direta no Brasil, no caso, os números anuais de assassinatos, de maioria negra, caracterizando o que é considerado um genocídio dos jovens negros e pobres do país.

Essa violência midiática também se apresenta em relação a outros segmentos da população. Os povos indígenas, os migrantes que se deslocam de regiões miseráveis para os



grandes centros urbanos, os estrangeiros advindos de países vizinhos empobrecidos e diferentes minorias sociais também sofrem processos de estigmatização e discriminação e são vítimas dessa violência estrutural. Mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros também sofrem preconceitos e são vítimas de violência direta e indireta. Ainda integram essa lista pessoas com deficiência física ou mental, obesos e outros segmentos que por razões físicas, sociais, econômicas, culturais e religiosas são estigmatizadas e/ou marginalizadas. Neste artigo, no entanto, focamos nossa atenção na questão racial.

Uma das características do Brasil descrito em *A Comunicação do Grotesco*, por Muniz Sodré (1981), é o que ele chama de transigência nas relações raciais. Para ele, uma consciência coletiva nacional se caracteriza por assimilações subjetivas de acordo com o que é imposto pela História às populações. No Brasil, com a urbanização veio a implementação dos meios de comunicação de massa, como já descrito. Sodré explica que esses meios operam de duas formas no país, ou transplantando valores estrangeiros, através de técnica e ideologia, ou do arcaísmo, de uma velha cultura tradicional brasileira. Esta última, apoiada em velhos mecanismos psicossociais. Muniz Sodré apresenta cinco deles para análise. São eles: (1) o espírito da conciliação; (2) o otimismo generalizado; (3) o personalismo exagerado; (4) o gosto pelo verbalismo; (5) a transigência nas relações raciais.

Para o autor, o mito da democracia racial haveria nascido através de um projeto de embranquecimento, uma estratégia de trânsito social permissiva para com alguns mestiços que na exceção tenta se justificar como regra. Esses fatores criariam um clima de transigência, que somado a outros descritos acaba por inibir uma tensão racial mais explícita. Existe desigualdade racial, mas o preconceito tornou-se velado. E os meios de comunicação de massa se omitem diante do debate desse tema. Munidos de um mito, o da democracia racial, os meios de comunicação ajudam a mergulhar o país em um tipo de cegueira.

O Brasil desenvolveu-se a partir de relações raciais desiguais que estabeleceram conflitos duradouros, ainda sem solução. A produção de todo o capital primitivo, necessário para o desenvolvimento do Brasil se deu através da intensa exploração da força de trabalho dos segmentos não brancos. Esse período deixou rastros profundos no comportamento da sociedade brasileira e mais tarde foi jogado para debaixo do tapete através de violências culturais e



indiretas, como o mito da democracia racial¹, um legitimador da invisibilidade da violência racial que só poderia ser possível com a atuação da mídia no exercício da violência midiática.

Mais tarde, mesmo com o desnudamento desse argumento provocado pelos movimentos negros e por sua intelectualidade, não houve mudança significativa nesse quadro. Apenas com o final da ditadura civil-militar (1964 a 1985), passos mais consistentes foram dados na direção de diminuir essas violências por parte do Estado. Por exemplo, a constituição de 1988, a Comissão de Trabalho Interministerial, de 1995, e os comprometimentos da Conferência de Durban (ONU, 2001).

Raça, aqui, vale lembrar, não é um conceito biológico, mas um conceito social que herda das diferenças biológicas os preconceitos e as discriminações que vem a ser a base do que chamamos racismo. Por sua vez, segundo Fernandes (2007) e Guimarães (2012), racismo se difere de preconceito e discriminação e constitui um sistema de organização social que garante a uma raça diversos privilégios sobre outras. No caso do Brasil, o que é mais marcante na definição de um lugar na sociedade é a fenotípiã, ou seja, a cor da pele.

A dinâmica racial excludente do país não foi resolvida com a transformação do Brasil em Brasil e está na gênese dos problemas de violência que marcam nossa sociedade. De fins do século XIX à entrada do século XX, o país passou por um processo de invenção de si próprio através das tentativas de criação de uma identidade nacional para estabelecer os laços necessários de uma nação. Os avanços de Gilberto Freyre e de suas propostas culturais, não no sentido epistemológico que trouxe de Franz Boas, mas no político, do que viria a ser a “democracia racial”, foram demolidos por missões curiosamente pretensiosas da UNESCO, como nos livros de Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Roger Bastide e Fernando Henrique Cardoso, evidenciando a sólida presença do racismo no país.

Não à toa, segundo Sodré (2015), a questão racial surge como um enigma para a intelectualidade brasileira ao longo das décadas do século XX e entrada do século XXI. A identidade brasileira continua em plena disputa e, desmontado e desmoralizado, o mito da

¹ O chamado mito da democracia racial é atribuído aos estudos de Gilberto Freyre, estudioso brasileiro que nas primeiras décadas do século 20 lançou obras como *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucamos*, nos quais apontava relações raciais dóceis e uma ideia positiva sobre a miscigenação. Esse discurso fora amplamente aceito devido ao respaldo que encontrou nas fontes oficiais do governo e da intelectualidade local que pretendiam um projeto de nação possível dentro dos limites das teorias raciais científicas da época. Um país de maioria negra precisava de um discurso assim para conseguir se realizar enquanto nação.



democracia racial já contribui pouco nessa discussão, apesar de seguir tornando invisíveis os efeitos do racismo.

O “moinho de gastar gente”, como caracterizou Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro* (2003) o período escravocrata que houve no Brasil, não parou de moer. As separações raciais continuam evidentes. Em 2016, o país relatou cerca de 58.000 homicídios (WAISELFISZ, 2016) por ano e uma população prisional de 515.482 detentos² (BRASIL, 2014). A maior parte dos assassinados, presos e pobres no Brasil continua negra, e o poder, quase absolutamente está nas mãos de brancos.

O Brasil não foi qualquer sociedade escravocrata, foi também a última, a mais longa, e a que mais escravos teve. Números do *Trans-atlantic Slave Trade Database* estimam que quase seis milhões de escravizados foram trazidos do continente africano entre 1501 e 1875. O mesmo instituto aponta que o número corresponde a quase a metade de todos os 12 milhões de africanos sequestrados e levados para outras partes do mundo. O Brasil sozinho teve 6 vezes mais cativos do que toda a América espanhola. Para efeitos de comparação, estima-se que os Estados Unidos tenham recebido 305 mil escravos no mesmo período.

Esse enorme contingente deu os traços de nossa economia, política e cultura. O samba, a capoeira, a culinária e a língua falada no Brasil são algumas das heranças que mantivemos. No entanto, a sociedade escravocrata, de castas, como definiu Florestan Fernandes, deixou outras heranças, como a marcante desigualdade social brasileira, além de uma violência histórica.

Em 2015, a Anistia Internacional lançou a campanha *Jovem Negro Vivo*, com a advertência de que o Brasil é o país em que mais se mata no mundo, excedendo números de zonas de guerra. A Organização das Nações Unidas, ONU, por sua vez, registra que o país é responsável por 10% de todos os assassinatos cometidos no planeta. Entre os jovens, as taxas de morte de negros chegam a 77% do total.

O reconhecimento desse quadro pelas instituições e pelos órgãos governamentais tem sido lento. Apenas em 2016, a CPI da câmara sobre a Violência contra Jovens Negros e Pobres

² Dados referentes ao ano de 2012.



no Brasil concluiu que a cada 23 minutos um jovem negro era assassinado no país. Segundo a CPI, a disparidade dos números entre brancos e negros pode ser vista no fato de que entre 2002 e 2012, o número de jovens negros mortos subiu 32% enquanto o número de brancos caiu de forma proporcional.

Violência Midiática: desaparecimento e espetacularização (naturalização)

A gravidade do quadro racial brasileiro descrito acima cria uma situação curiosa, afinal, como algo tão documentado e evidente pode ser ignorado pela grande mídia? A explicação está nas características descritas por Muniz Sodré da função de um sistema de comunicação de massa no Brasil, que seria a da implementação e manutenção de uma hegemonia ideológica. No caso, esse sistema de massa surge ao mesmo tempo em que se acelera o processo de urbanização do país e se amplia o espectro de dados sobre a violência direta dos assassinatos, apontando uma curva crescente concomitante com o crescimento da urbanização. Essa violência direta se despeja criando uma situação insustentável e escandalosa. A violência cultural implícita nessa situação denota o que também já foi descrito, que é a aderência ao discurso da transigência racial, ou democracia racial, pelos meios de comunicação de massa, em completo emparelhamento com as crenças da ditadura militar e das elites dirigentes brasileiras, tanto anteriores ao golpe de 1964, como posteriores à redemocratização.

Apesar do exercício pleno do papel de criação de uma hegemonia cultural politicamente interessante aos grupos dominantes, o papel ético dessa mídia, em especial, do jornalismo, é o de manter a sociedade alerta de seus problemas. Seria o dever desse grupo, portanto, informar a situação apresentada pelos dados e guiar um debate sério sobre um número inadmissível de mortes que se sucedem e se superam ano após ano no país. Essa omissão ao lado da estereotipação de negros e negras nas páginas dos jornais, constitui o que Galtung (2003) classifica como violência cultural, mas que denominaremos violência midiática devido ao papel específico da mídia nesse processo. Com esse conceito é possível observar outras práticas de violência cultural praticadas pelos grupos midiáticos, não apenas de racismo, mas de machismo e homofobia.



Violência Midiática, portanto, é um tipo de violência cultural praticada pela omissão da mídia ou pela criação de estereótipos que reforcem violências diretas e estruturais de uma sociedade.

Para Galtung (2003), a violência cultural pode desencadear as outras violências, direta e estrutural. O autor demonstra que a violência cultural, através da ideologia, indica o que ele chama de “elegidos” e “não elegidos”. Uma das situações citadas pelo autor é justamente a do racismo, que surge ao lado do machismo, por exemplo, como ordenadora das sociedades. Ele divide seu quadro de referências entre elegidos e não elegidos, os quais são separados pela via da ideologia, sendo os elegidos protegidos e os não elegidos postos à margem no processo da cultura. A relação posta aqui é entre o Eu e o Outro, na qual o Eu sempre ocupa a posição de eleito, e o Outro a de não eleito. Essa relação, como ele mesmo descreve, pode ser colocada diante do racismo. Segundo o autor, o ocidente tem na figura do homem branco, uma figura superior, elegida, enquanto mulheres e raças não brancas são postas à margem desse processo ideológico. Quando um Estado assume essa posição de forma aberta, geralmente assume também a forma de uma ditadura.

Essa discussão sobre ipseidade e alteridade nos remete a questões filosóficas de natureza ética e moral. Quando a afirmação de identidade se faz baseada na negação ou subalternização da identidade do outro, ela se constitui de forma frágil e dependente de constante diminuição ou, mesmo, negação do diferente. E quando se estabelece relações de superioridade e inferioridade entre as pessoas, o preconceito e a violência se justificam e são praticadas como se isso fosse natural. Se entendemos a comunicação como experiência de compartilhamento, de diálogo entre diferentes, é preciso questionar o uso da mídia como instrumento de manutenção de preconceitos e difusão de violência. E são frequentes os discursos midiáticos que só fazem perpetuar e naturalizar os preconceitos já tão enraizados na sociedade brasileira. Neste sentido, registramos aqui uma crítica veemente em relação à e investimos no uso da comunicação de forma dialética, onde se torna possível o diálogo entre os diferentes, de forma a construir relações de respeito e de justiça social.

O diálogo, como nos ensina Gadamer (2004), pressupõe uma relação de alteridade. “O que perfaz um verdadeiro diálogo não é termos experimentado algo de novo, mas termos encontrado no outro algo que ainda não havíamos encontrado em nossa própria experiência de



mundo.” (GADAMER, 2004, p. 247). E essa relação dialética e dialógica pressupõe o uso da comunicação para além da mera transmissão de informações e entretenimento. Ela precisa promover a abertura criativa para o Outro e ser praticada a partir de “estratégias sensíveis”, como nos sugere Muniz Sodré. Para ele, “quando se age afetivamente, em comunhão, sem medida racional, mas com abertura criativa para o Outro, estratégia é o modo de decisão de uma singularidade”. Conforme Sodré (2006b, p. 10), “muito antes de se inscrever numa teoria (estética, psicologia, etc.), a dimensão do sensível implica uma estratégia de aproximação das diferenças”.

A questão nacional

Em Claros e Escuros, Muniz Sodré destaca esse trecho escrito por Monteiro Lobato, cujo racismo é um traço conhecido de sua biografia, para ilustrar a confusão entre os intelectuais brasileiros acerca da identidade nacional, um processo intimamente ligado ao reconhecimento no outro: “Não sabemos o que somos. Há tanta escora e espeque e amarrilho de cipó na nossa estrutura social, que ninguém consegue ver claro a forma do nosso edifício. Parece república e não é. Parece democracia e não é. Parece país e não é. Parece que está vivo e não está”.

“O que somos?” ou “Quem somos?” são questões que foram arrastadas pela intelectualidade brasileira ao longo do século XX sob a influência do abismo social e racial. A multiplicidade racial e étnica que formou o país parece ser a grande dificuldade de se fazer entender o que se passa na *terra brasilis*. Não é fácil responder essas questões, ainda mais sob a percepção da multiplicidade de interpretações que pode gerar a ideia de identidade apontada por Stuart Hall em A Identidade Cultural na Pós Modernidade e noutros textos. O que não deixa dúvidas nesse cenário é que o intenso questionamento é um reflexo das disparidades raciais no Brasil e noutros países.

Florestan Fernandes desvela em O Negro no Mundo dos Brancos diversas características do racismo no Brasil. Ele se concentra na análise da transição da sociedade escravocrata para a sociedade de trabalho livre ao observar duas dimensões, objetiva e subjetiva, no processo para a garantia de não insurgência do povo negro, consequências do “Medo Branco”, segundo Bento (2013). Essa insurgência poderia se tornar incontrolável diante do fato de que o negro sempre



constituiu a maior parte da população brasileira, além de ser uma parcela que há quase quatro séculos vinha sendo violentada.

O Brasil opta por criar uma população branca. O preconceito reforçado pelo discurso científico traz a incapacidade intelectual colocada sobre o negro ao lado de sua difamação moral através da mídia e dos livros. Apesar de organizações como os jornais da Imprensa Negra, percebe-se a intensa participação dos meios de comunicação para a formação e continuidade desse ideal, cujos alicerces fundam-se na confusão identitária gerada pelo racismo e reforçada pela violência midiática.

Considerações Finais

Em 2002, a UNESCO publicou uma declaração em direção à Diversidade Cultural, evidenciando que a humanidade era diversa e que era necessário o respeito à diversidade cultural para a construção de um mundo pacífico. O documento indica a necessidade da comunicação e da difusão cultural, que fundamentam a constituição da organização: “a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis para a dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de responsabilidade e de ajuda mútua” (UNESCO, 2002). Afirma ainda que: “o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais”.

O desrespeito à diversidade cultural, política, étnica, religiosa e sexual, dentre outras, no Brasil reflete o equívoco de políticas de Estado excludentes e desiguais, que reforçam preconceitos e ideologias de classe, também difundidas pela mídia. No caso específico do negro, aqui exposto com mais detalhes, os três tipos de violência identificados por Johan Galtung (2003), direta, indireta e cultural, são praticados. As políticas de austeridade, o descaso com o serviço público e a o parco investimento em estrutura social, mantém esse segmento da população à margem da sociedade. Majoritariamente, nas periferias dos grandes centros urbanos. Uma violência que é direta e indireta ao mesmo tempo. Os jornais e a televisão trazem poucos personagens negros em situação de destaque, e como demonstrou Joel Zito Araújo em



“A Negação do Brasil”, esses meios também incorporam estereótipos negativos em relação à visão do que é o negro. A estes, são legados em novelas e filmes nacionais os papéis de ladrões, de malandros, de empregadas domésticas e outras posições consideradas subalternas. Na política e no poder, a representação negra é ínfima. Sua cultura, embora muitas vezes estereotipada e tratada como exótica, é aceita em diferentes espaços e dimensões do cotidiano das pessoas e na identidade nacional. Mas a sua presença física e a sua participação como protagonistas políticos e como sujeitos da história ainda são evitadas e negadas.

E a mídia ocupa um papel relevante na manutenção dessa visão hegemônica estereotipada e negativa da figura do negro. Também, é omissa, ou superficial, em relação aos dados gritantes que relacionam os assassinatos no país à questão racial. Esse comportamento conivente e cúmplice com o quadro de desigualdade social é o que aqui demos o nome de violência midiática. As consequências dessa violência trazem a desidratação do debate público em torno da vida e morte de segmentos importantes da sociedade, em especial em relação ao negro, majoritariamente integrante de setores empobrecidos da sociedade. Tal posicionamento mantém intocadas as bases que marcaram a sociedade brasileira através dos séculos de escravidão e mais tarde sobre as falsas teses do racismo científico acerca das capacidades morais, físicas e intelectuais da população negra. E principalmente, a partir dessa omissão e manutenção da naturalidade da morte no Brasil, um dos países em que a cordialidade serve de máscara para um dos maiores acúmulos de assassinatos por ano no mundo, corrobora para que a solução do problema se demore ainda mais. Sendo a mídia e a informação trilhas fundamentais para o mundo contemporâneo da sociedade midiaticizada, elas não podem se omitir de debates públicos tão sensíveis em relação a vida e a morte de uma parcela tão expressiva da população.

A construção de uma paz positiva nesse contexto passa pela intensa e extensa e distribuição cultural equitativa entre os grupos constituintes da nação. Não há possibilidade de paz no Brasil sem que se invista na eliminação das violências impostas ao negro e a outros segmentos da população hoje marginalizados. E neste sentido, a regulamentação da mídia, de forma a garantir a pluralidade de ideias, a superação de preconceitos e segregações e a promoção de políticas de comunicação, de fato, incluídas é algo mais que necessário, é imprescindível.



Educação e Mídia andam de mãos dadas nessa construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças. Leis como a 10.639, que traz às escolas a obrigatoriedade de ensino de história da África, são altamente necessárias para o fortalecimento do combate ao racismo. Da mesma forma, a disseminação e o incentivo da democratização da comunicação e de instrumentos como a Imprensa Negra, terão papel essencial no debate com a sociedade sobre essa problemática.

É, pois, na construção do respeito às diferenças, na superação das injustiças sociais e da cultura da violência que a mídia pode ser desafiada a desempenhar um papel diferenciado na sociedade, de modo a contribuir para a formação de pessoas capazes de afirmar a sua identidade na mesma intensidade em que valorizam a alteridade e reconhecem a identidade do Outro.

Referências

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva et al. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CÂMARA. Câmara dos deputados. **Relatório final comissão parlamentar de inquérito homicídio de jovens negros e pobres**. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1358026>. Acesso em: 15 out. 2016.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**. Complementos e Índice. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALTUNG, Johan. **Violência cultural**. Bizcaia: Gernika Gogoratz, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015



ONU. **Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. 2001. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/03/durban-2001.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2003.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. **Líbero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 39-48, 2008.

SODRÉ, Muniz [et al.]. **A comunicação do grotesco**: introdução à cultura de massa no Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006a.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006b.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/00127160por.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2016**: mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

Laan Mendes de Barros – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. São Paulo | São Paulo | Brasil.
Contato: laan@faac.unesp.br

Solon Barbosa Veloso Neto – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. São Paulo | São Paulo | Brasil.
Contato: solonneto3@gmail.com

Artigo recebido em novembro de 2016 e
aprovado em dezembro de 2016